

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de Reais)

adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tenham vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **Diferido:** Formado por gastos pré-operacionais referentes à construção de unidades fabris localizadas em Pouso Alegre - MG e Brasília - DF e à expansão da fábrica de Embu-Guaçu anteriores a 2009, amortizado no período de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios começarem a ser gerados. A partir de 2009, conforme determinado pela Lei nº 11.941/09, novos gastos pré-operacionais passaram a ser lançados como despesa. **Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é representado pela frota de veículos da Companhia usada pelos representantes e funcionários e algumas máquinas e equipamentos, sendo depreciadas pelas taxas definidas para o ativo imobilizado correspondente. O respectivo saldo devedor está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos". Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **Provisão para recuperação de ativos (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com taxas subsidiadas, desde que não sejam operações aplicáveis a qualquer empresa, estão ajustados a valor presente, considerando a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizadas como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São ascisados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Contingências e outras provisões:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transmitidas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão de moedas foram reconhecidas no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação e são subsequentemente avaliados ao custo menos as provisões (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 25. **Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada, ou outros quaisquer benefícios para os funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O regime de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela diretoria. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade da carteira. **(a) Risco de mercado:** (i) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contrair operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A exposição da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, está relacionada ao empréstimo em moeda estrangeira, equivalente a US\$5.266 mil e € 403 mil (2011 – US\$5.508 mil) e importações de matéria-prima nos montantes de US\$2.444 mil e € 225 mil (2011 – US\$2.670 mil e € 197 mil), não existindo instrumentos contratados para proteger essa exposição nessas datas. (b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado pela diretoria da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, comportamento de mercado e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de realização duvidosa, apresentada na nota explicativa nº 7. (c) Risco de liquidez: É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode reaver a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Conzidente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (aquisição e renovação de frota de veículos e máquinas e equipamentos); (ii) Financiamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro, sendo parte utilizada para aquisição de uma controlada, e; (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%). **3.3. Gestão de risco de mercado das Demonstrações Financeiras –** A Companhia identifica o impacto de exercício, a necessidade de retificação de erros relacionados a exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes. Esta nota explica os ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de abertura em 31 de dezembro de 2010 e também para o balanço patrimonial originalmente preparado de acordo com o as práticas contábeis vigentes àquela data, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. **Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011:**

Ativo	Legenda	2011	Ajustes	2011
				(Reapres.)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	7.247	18.429	25.676
Títulos e valores mobiliários	(a)	18.429	(18.429)	-
Contas a receber de clientes		130.048	-	130.048
Estoques		88.200	-	88.200
Impostos e contribuições a recuperar		3.170	-	3.170
Outras contas a receber	(b)	9.596	955	10.551
Despesas do exercício seguinte		244	-	244
Total do ativo circulante		256.934	955	257.889
Não circulante				
Partes relacionadas	(b)	14.728	(955)	13.773
Crédito a receber		3.584	-	3.584
Impostos diferidos	(c)	104	2.934	3.038
Títulos e valores mobiliários		3.770	-	3.770
Impostos a recuperar		2.964	-	2.964
Depósitos judiciais		4.037	-	4.037
Imobilizado		174.217	-	174.217
Intangível		48.961	-	48.961
Diferido		1.010	-	1.010
Total do ativo não circulante		253.375	1.979	255.354
Total do ativo		510.309	2.934	513.243
Passivo	Legenda	2011	Ajuste	2011
				(Reapres.)
Circulante				
Fornecedores nacionais		13.837	-	13.837
Fornecedores do exterior		6.954	-	6.954
Empréstimos e financiamentos		20.900	-	20.900
Obrigações trabalhistas e tributárias		20.704	-	20.704
Imposto de renda e contribuição social		210	-	210
Dividendos e juros sobre o capital próprio		1.679	-	1.679
Outros contas a pagar		4.057	-	4.057
Total do passivo circulante		68.341	-	68.341
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	(d)	162.022	(15.639)	146.383
Partes relacionadas		12.208	-	12.208
Provisão para demandas judiciais		10.640	-	10.640
Obrigações trabalhistas e tributárias	(d)	7.128	17.805	24.933
Receita diferida	(d)	-	4.148	4.148
Total do passivo não circulante		191.998	6.314	198.312
Patrimônio líquido				
Capital social		198.288	-	198.288
Reserva de capital		1.680	-	1.680
Reserva legal		2.129	-	2.129
Reserva de lucro	(c/d)	38.024	(5.694)	32.330
Reserva de Incentivo Fiscal	(d)	-	2.314	2.314
Adiantamento para futuro aumento de capital		9.849	-	9.849
Total do passivo		249.970	(3.380)	246.590
Total do passivo		510.309	2.934	513.243

Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011:

	Legenda	2011	Ajuste	2011
				(Reapres.)
Receita operacional líquida		394.288	-	394.288
Custo dos produtos vendidos		(164.927)	-	(164.927)
		229.361	-	229.361
Despesas e receitas operacionais		(172.350)	-	(172.350)
Outras despesas, gerais e administrativas		4.850	293	5.143
Equivalência patrimonial	(d)	(619)	-	(619)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		61.242	293	61.535
Resultado financeiro		(23.950)	-	(23.950)
Receitas financeiras		3.428	-	3.428
Despesas financeiras		(27.378)	-	(27.378)
Resultado antes das provisões tributárias		37.292	293	37.585
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Corrente		(8.972)	-	(8.972)
Diferido		-	-	-
Lucro líquido do exercício		28.320	293	28.613

Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010:

Ativo	Legenda	2010	Ajustes	2010
				(Reapres.)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		9.809	-	9.809
Contas a receber de clientes		115.652	-	115.652
Estoques		54.113	-	54.113
Impostos e contribuições a recuperar		3.910	-	3.910
Outras contas a receber	(b)	4.857	(2.078)	2.779
Despesas do exercício seguinte		563	-	563
Total do ativo circulante		188.904	(2.078)	186.826
Não circulante				
Partes relacionadas	(b)	9.887	2.078	11.965
Crédito a receber		3.584	-	3.584
Impostos diferidos	(c)	104	2.934	3.038
Títulos e valores mobiliários		1.705	-	1.705
Impostos a recuperar		2.964	-	2.964
Depósitos judiciais		3.329	-	3.329
Investimentos		11.611	-	11.611
Imobilizado		168.670	-	168.670
Intangível		39.770	-	39.770
Diferido		1.244	-	1.244
Total do ativo não circulante		242.868	5.012	247.880
Total do ativo		431.772	2.934	434.760
Passivo	Legenda	2010	Ajustes	2010
				(Reapres.)
Circulante				
Fornecedores nacionais		12.937	-	12.937
Fornecedores do exterior		3.518	-	3.518
Empréstimos e financiamentos		77.803	-	77.803
Obrigações trabalhistas e tributárias		16.946	-	16.946
Dividendos e juros sobre o capital próprio		2.765	-	2.765
Outros contas a pagar		3.553	-	3.553
Total do passivo circulante		117.522	-	117.522
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	(d)	81.594	(3.271)	78.323
Partes relacionadas		9.132	-	9.132
Provisão para demandas judiciais		10.109	-	10.109
Obrigações trabalhistas e tributárias	(d)	-	5.039	5.039
Receita diferida	(d)	-	4.839	4.839
Total do passivo não circulante		100.835	6.607	107.442
Patrimônio líquido				
Capital social		198.288	-	198.288
Reserva de capital		1.680	-	1.680
Reserva legal		713	-	713
Reserva de lucro	(c/d)	12.734	(5.694)	7.040
Reserva de Incentivo Fiscal	(d)	-	2.021	2.021
Total do passivo		213.415	(3.673)	209.742
Total do passivo		431.772	2.934	434.760

(a) Reclasificação de aplicações financeiras de títulos e valores mobiliários para caixa e equivalentes de caixa, devido a essas aplicações possuírem liquidez imediata para resgate com o próprio emissor do instrumento, sem perda significativa de rendimento; (b) Retificação do montante de R\$ 955 em 2011, de partes relacionadas para Outras contas a receber, referente ao processo de mercadorias retidas na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, e R\$ 2.078 em 2010 para corrigir saldo de contas a receber classificado incorretamente; (c) Reversão de IRPJ e CSLL diferidos passivos, constituído sobre o "AVP", relativo à operação de financiamento de ICMS - Pro-DF; (d) A Companhia possui empréstimo junto ao BRB que deveria ser tratado conforme o parágrafo 10º do CPC 07(R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, que estipula que o benefício econômico obtido com um empréstimo governamental por uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado deve ser tratado como uma subvenção governamental. Anteriormente, a Companhia efetuava um desconto a valor presente desse empréstimo utilizando uma taxa de juros de mercado, e contabilizava o efeito como um desconto a valor presente. A Companhia efetuou o ajuste para refletir essa operação como uma subvenção governamental.

5. Caixa e equivalente de caixa	2012	2011
		(Reapresentado)
Bancos e bancos	286	7.246
Fundo de investimentos em renda fixa	1	1
	287	7.247
Equivalentes de caixa		
HSBC		2.657
Bantander (i)	21.926	15.765
Santander (ii)	1.062	-
Banco Bradesco (i)	166	-
Banco do Brasil (i)	11.173	-
Outras (i)	50	7
	34.367	18.429
Total	34.654	25.676

(i) As aplicações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI e liquidez imediata. Os ativos financeiros são de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício.

6. Títulos e valores mobiliários	2012	2011
		(Reapresentado)
Banco de Brasília	6.605	3.770
Banco do Brasil – Fundo de renda fixa	2.616	-
	9.221	3.770
Circulante	2.616	3.770
Não circulante	6.605	-

Não circulante nota explicativa nº 14. A operação realizada com o Banco Regional de Brasília (BRB) consiste no financiamento de 70% do valor devido de ICMS decorrente das vendas realizadas via Brasília, ficando a Companhia responsável pelo pagamento dos 30% restantes. Como requerido no contrato firmado, em garantia foram adquiridos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão do próprio Banco, no valor equivalente a 10% do montante de cada parcela liberada do crédito, que devem ser mantidos até o vencimento de cada parcela do referido financiamento, sendo utilizado em sua totalidade para amortização da dívida.

7. Contas a receber de clientes	2012	2011
		(Reapresentado)
Clientes nacionais	153.343	137.034
Clientes estrangeiros	77	409
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.995)	(7.399)
	151.425	130.048

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e outros	Total em operação	Importações em andamento	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.649	89.667	53.405	2.484	11.182	2.349	2.934	168.670
Aquisição	84	22	8.034	142	1.727	-	3.943	13.952
Alienação	-	-	(493)	(4)	(227)	(724)	-	(724)
Transferência	-	-	2.349	-	2.349	(2.349)	-	-
Incorporação Tecnopec	-	-	452	-	452	-	-	452
Baixa depreciação	-	-	475	2	640	-	-	640
Depreciação	-	(1.857)	(4.859)	(194)	(8.733)	-	-	(8.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.733	87.832	59.369	2.430	10.979	167.340	6.877	174.717
Custo total	6.733	98.945	92.519	4.434	15.113	217.744	6.877	224.621
Depreciação acumulada	-	(11.113)	(33.153)	(2.004)	(4.134)	(50.404)	-	(50.404)
Aquisição	-	293	5.169	561	15.374	21.397	94	

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de Reais)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	3.038
Realização do ativo e complemento do período	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	3.038
Realização do ativo e complemento do período	(2.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	681

18. Provisão para demandas judiciais – A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos cíveis. As provisões para contingências são determinadas com base em análise de ações em curso, autuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

	Depósitos Judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	2012	2011	2012	2011
Contingências tributárias	3.482	2.344	3.797	7.311
Contingências trabalhistas e previdenciárias	602	1.461	3.445	2.046
Reclamações cíveis	1.000	232	681	1.283
	5.084	4.037	7.923	10.640

A movimentação das demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.109
Adições	531
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.640
Adições	714
Baixa por perdas	(363)
Baixa por reversão	(5.522)
Atualizações	2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.923

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue: Tributárias – Referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração de determinados tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos à cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de aeronave. Trabalhistas e previdenciárias – Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações cíveis – As principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia. Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras: A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 55.395 (R\$ 65.927 em 2011). Outras informações: Existem ações judiciais e extrajudiciais, movidas por acionistas minoritários contra a Companhia e seu acionista majoritário, questionando, entre outras, determinadas deliberações aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar, do momento da destinação até a sua distribuição. Os consultores jurídicos sobre esse acompanhamento as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões.

19. Patrimônio líquido – 19.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado era de R\$198.286, representado por 197.592.163 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	%
Robferma Administração e Participações Ltda.	97.307.551	49,246665%
Proparts Investimentos e Participações Ltda.	30.911.405	15,644044%
Prova Participações Ltda.	31.148.090	15,763829%
MJP Adm. Participações S/S Ltda.	22.487.195	11,380611%
Cleida de Castro Marques	7.868.961	3,982426%
Cleide Marques Pinto	7.868.961	3,982426%
	197.592.163	100,00%

19.2. Adiantamento para futuro aumento de capital: O saldo da conta de R\$9.849 refere-se aos aportes realizados pelo acionista Robferma Administração e Participações em dezembro de 2011 no montante de R\$8.872 e pela retenção de dividendos no valor de R\$977 para futura integralização. **19.3. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida da parcela de subvenção governamental e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social

e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **19.4. Reserva Incentivos Fiscais:** A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário, respaldados por lei/decreto junto ao Governo do Distrito Federal (Pro-DF), mediante assinatura de "Contrato" com o Banco Regional de Brasília (BRB), o qual atua como agente financiador. **19.5. Dividendos mínimos obrigatórios:** De acordo com o estatuto social, 6% do lucro líquido ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está a seguir apresentado:

Descrição	2012	2011
Lucro líquido do exercício	31.729	28.613
(-) Reserva de subvenção	(209)	(293)
Base para reserva legal	31.520	28.320
Reserva legal (5%)	(1.576)	(1.416)
Base de cálculos dos dividendos	29.944	26.904
Dividendos propostos (6%)	(1.797)	(1.614)

20. Receita operacional líquida – A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega.

	2012	2011
Vendas brutas de produtos e serviços	571.438	474.091
(-) Impostos sobre vendas/devoluções	(103.583)	(79.803)
	467.855	394.288

21. Despesas por natureza

	2012	2011
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	111.562	80.224
Comissões sobre vendas	22.028	20.971
Salários e benefícios a empregados	107.036	88.051
Encargos previdenciários	32.297	27.995
Depreciação e amortização	10.685	9.154
Despesas com transporte	9.310	10.602
Gastos com publicidade	10.225	11.573
Pesquisa e desenvolvimento	6.810	3.807
Despesas com arrendamento operacional	1.303	1.133
Serviços prestados	29.173	25.454
Despesas com veículos	8.841	6.248
Despesas com água e energia elétrica	5.212	5.830
Impostos e taxas	4.746	4.728
Aluguéis	2.652	2.309
Manutenção	5.484	3.550
Comunicações	3.357	3.298
Mostra grátis	10.450	7.013
Honorários administração	1.140	1.140
Multas	755	723
Seguros	1.386	983
Brindes e doações	3.108	2.112
Viagens e hospedagem	8.326	7.865
Feiras e congressos	6.813	4.686
	2012	2011
Provisão para perdas de crédito de realização duvidosa	736	4.379
Outras despesas	4.074	3.377
	407.643	337.277
Custos dos produtos vendidos	204.803	164.927
Despesas com vendas gerais e administrativas	202.840	172.350
	407.643	337.277

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	2012	2011
Recuperação de despesas (a)	2.357	4.898
Vendas de bens do ativo imobilizado	538	278
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(115)	(45)
Receita de incentivos fiscais	209	293
Varição monetária – contingências	1.536	-
Outras, líquidas	199	(21)
	4.724	5.143

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

b) Não recebemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, transações e outras informações da parte relacionada Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., cujos saldos e transações estão mencionados na nota explicativa nº 9. Não nos foi possível, através de outros procedimentos alternativos de auditoria, concluímos, nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, sobre a existência dos direitos relativos a essa parte relacionada registrados no ativo não circulante no valor de R\$ 11.876 mil, bem como bens, até então, de uso comum, atualmente em fase de levantamento e conciliação pela Companhia, além de obrigações não registradas e aquelas registradas no passivo não circulante com essa parte relacionada no valor de R\$ 12.208 mil.

c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia tem registrado, no ativo não circulante, créditos a receber no valor de R\$ 3.584 mil, relacionados a adiantamento realizado para aquisição de uma empresa, cuja transação foi cancelada posteriormente. A Companhia ingressou com processo judicial contra a outra parte exigindo a devolução dos valores adiantados, o qual encontra-se em andamento. Não existem garantias reais quanto ao recebimento dos valores em aberto, bem como não foi registrada nenhuma provisão para perdas dos valores em discussão. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o patrimônio líquido e o ativo não circulante estão superavaliados em R\$2.365 mil, líquido dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos itens a) e b) e pelos efeitos do assunto descrito no item c) do parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Química Farmacêutica Nacional S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Ações judiciais e extrajudiciais movidas por acionistas não controladores: Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, em que é divulgado que existem ações movidas por acionistas não controladores contra a Companhia e seu acionista controlador questionando, dentre outras, determinadas deliberações aprovadas em assembleias gerais extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos e explicações sobre determinados gastos realizados, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar do momento da destinação até a sua distribuição, e solicitando a restituição de ativos cedidos em comodato, entre outros. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões e, por conseguinte, nenhuma provisão para eventual perda foi constituída em 31 de dezembro de 2012.

Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011: Em 5 de março de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, contendo, além das modificações mencionadas no parágrafo Base para conclusão com ressalva, as seguintes modificações: (1) A Companhia não procedeu à avaliação e quantificação dos efeitos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais em suas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível estimar os eventuais efeitos da aplicação do referido pronunciamento sobre as demonstrações financeiras referentes

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; (2) A Companhia está em fase de levantamento dos créditos e débitos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social. Consequentemente, não foi possível concluir sobre o saldo de ativo fiscal diferido de R\$7.733 mil e o saldo de passivo fiscal diferido de R\$2.629, registrados líquidos no ativo não circulante no valor de R\$104 mil. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas para eliminar as distorções existentes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a nossa opinião anteriormente emitida, eliminando apenas as modificações acima mencionadas relativas aos incentivos fiscais e impostos diferidos, mantendo as demais.

	2012	2011
23. Resultado financeiro	5.080	3.428
Receita financeira	2.765	1.369
Rendimentos de aplicações financeiras	831	835
Variação cambial ativa	1.484	1.224
Juros ativos, descontos e outras receitas	(24.119)	(27.378)
Despesas financeiras	(8.308)	(11.818)
Varição monetária e juros passivos	(10.217)	(7.803)
Juros s/Debentures	(1.158)	(230)
Despesas bancárias e IOF	(661)	(1.046)
Varição cambial passiva	(2.654)	(3.677)
Juros sobre parcelamento de ICMS	(1.121)	(2.804)
	(19.039)	(23.950)

24. Seguros – As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, estavam contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros e atendem à avaliação de riscos da administração:

Ramos	Cobertura
Riscos operacionais, incluindo incêndio de estoques e bens do imobilizado	R\$161
Transporte terrestre	R\$591
Aeronave	USD 12.130
Veículos e responsabilidade facultativa	Valor mercado

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Instrumentos financeiros – A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos: • Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Títulos e valores mobiliários: Incluem aplicações financeiras, registradas pelo valor de aquisição ou emissão, com valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Contas a receber: as contas a receber de clientes são deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Empréstimos e Financiamentos: valores contratados para aquisição de ativo imobilizado e capital de giro atualizados com juros transcorridos no período; • Fornecedores: os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrentes, em sua maioria, da aquisição de insumo para produção; • Operações com instrumentos derivativos e atividade de hedge: A Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2012, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

26. Evento Subsequente – A Companhia participou do leilão em janeiro de 2013 para liquidação do ICMS Pro-DF (programa de incentivo creditício), sendo que o valor do desembolso foi de R\$ 3.372 para liquidação de débitos no montante de R\$ 7.272, compreendendo o período de agosto de 2002 a setembro de 2010.

A Diretoria Gerente de Contabilidade: *Alexandre José Mucheironi*
Contador CRC 1SP 198.386/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia União Química Farmacêutica Nacional S/A em 31 de dezembro de 2012

O Conselho Fiscal da União Química Farmacêutica Nacional S/A ("União Química"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da União Química, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações Patrimoniais, as respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, e a Proposta para destinação do resultado, inclusive o orçamento de capital, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, por unanimidade voto da maioria dos seus membros, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da União Química.

São Paulo, 18 de março de 2013
Luiz Guimarães – Presidente
Paulo Anthero Barbosa
Luiz Augusto de Medeiros Monteiro de Barros

Aos Administradores e Acionistas da
União Química Farmacêutica Nacional S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia mantinha registrado no ativo não circulante – intangível os valores de R\$ 36.507 mil e R\$ 2.466 mil, representados por custos de aquisição de marcas e patentes e ágio pago sobre aquisição de controladas, respectivamente, os quais não vêm sendo amortizados. A administração da Companhia não elaborou estudos e análises específicos que permitiram definir o período em que as marcas e patentes contribuirão para a geração de receitas, o prazo de amortização e se seriam recuperáveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Administração da Companhia também não preparou a análise de recuperação do ágio conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre a adequação desses valores e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Goliânia, 28 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP015199/0-6-F-GO

Gester Luis dos Santos
Contador CRC-1SP216916/0-0-S-GO
Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/0-1-S-GO